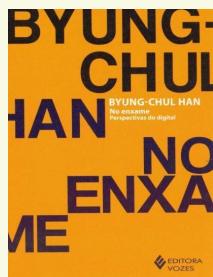


RESENHAS



HAN, Byung-Chul. **No Enxame: Perspectivas do Digital**. Tradução Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018, 99 p.¹.

A mídia digital no campo do poder: entre o controle e a comunicação

Jeancarlo Pontes Carvalho

Universidade Federal do Amapá

<http://orcid.org/0000-0001-7358-0235>

A obra “No Enxame: Perspectivas do Digital” de Byung-Chul Han faz uma reflexão sobre o campo da mídia digital apresentando-o metaforicamente como uma janela, não apenas para que possamos assistir os acontecimentos do mundo de maneira passiva, como também uma porta que se comunica com outras moradias e pessoasativamente, embora sem que haja possibilidade de intermediadores, o que justifica as suas potencialidades constitutivas, bem como os seus perigos. Para tanto, o autor aponta que há uma transformação nas relações sociais de massa, dado que o ser humano está em uma situação de contestação própria

¹ Título Original: **Im Schwarm: Ansichten des Digitalen**, Berlin: Matthes & Seitz Verlag, 2013.

individualismo, além de conectado na era da tecnologia, uma condição sobreposta, devido ao acesso aos meios digitais e à revolução das relações sociais ocasionadas também pelos meios tecnológicos, gerando um fenômeno aparentemente contraditório: a distância mental entre os indivíduos.

Nesses espaços públicos virtuais em que nos relacionamos e diante da possibilidade de controle do comportamento social, que se dirige tanto ao âmbito privado quanto ao público, percebe-se a necessidade de incluirmos neste afã de comunicação a precaução, segundo a suposição de que seria possível deter a constituição de ideologias de massa em desconformidade com a manutenção da vida, da harmonia social e da democracia, considerando que, nas tomadas de decisão, interesses perniciosos poderiam também se insinuar. Neste particular, Han esclarece que não somos mais apenas destinatários e consumidores passivos de informação, mas sim remetentes e produtores ativos, de modo que não nos contentamos apenas consumir como também passamos a produzir informação.

O livro está organizado em um prefácio, seguido de dezesseis seções, nas quais os assuntos abordados se relacionam, embora se mantendo tematicamente independentes. Nesta resenha foram analisadas todas as seções e, dessa maneira, serão apresentadas conforme se dispõe na obra “No Enxame: Perspectiva do Digital”. No que diz respeito ao prefácio, recomenda-se a leitura, por fornecer esclarecimento prévio ao leitor. Por fim, o livro é recomendável para todos os entusiastas do campo da mídia digital e, principalmente, dos assuntos relacionados a uma sociedade de massas que se forma em paralelo com as tecnologias digitais.

Na primeira seção “Sem respeito”, Han problematiza a própria ação de olhar, pois, nos meios virtuais, sempre que observamos pelas janelas percebemos o “olhar de volta”. Deste modo, pressupõe que o olhar remoto se distancia do valor de respeito, restringindo-se ao espetáculo, ou seja, ao observador que não é participante e que não se responsabiliza por aquilo que vê. Ao contrário, o observador participante é ativo, procura realizar a virtude do *respectare* um valor que representa um alicerce que intermedia as relações no âmbito público e que pode

ser reconhecido como um mediador também nas interações virtuais. Han esclarece, no entanto, que a própria esfera pública está decadente, devido ao desmoronamento do alicerce do respeito e que, por este motivo, faz-se necessário constituir um espaço público considerando a relevância de certo distanciamento do indivíduo em relação à sociedade.

Ao definir o conceito de esfera pública, Han utiliza como referência Roland Barthes (1915-1980), considerando a seguinte assertiva: “[d]aquela esfera de espaço, de tempo onde eu não sou uma imagem, um objeto” (Barthes *apud* Han, 2018, p. 10). Neste sentido, a esfera pública é vista como aquilo constitui qualquer objeto, exceto a imagem privada, na medida em que, no âmbito privado, não haveria uma câmera, ou seja, a possibilidade de vigilância constante a que estamos sujeitos(as) no âmbito público. No que concerne aos nossos dias, intensamente mediados pelas tecnologias de informação, enfrentamos – material e simbolicamente – as transformações até mesmo dos olhos humanos, que passam a ser intermediados pelo *Google Glass*, entre outras tecnologias. Ou seja, os olhos são, eles próprios, transformados em câmeras, realizando a função de coletar as imagens, neste intenso processo de vigilância que se testemunha socialmente desde a teorização do panóptico de Jeremy Bentham (1748-1832).

Na seção “Sociedade da Indignação”, Han trata de uma sociedade que está, em certo sentido, ávida pelo escândalo, que não consegue manter a compostura, apenas existindo segundo a desobediência, a histeria e a rebeldia, consideradas como atributos que condicionam o descontrole, a inconstância, a efemeridade e a dismorfia. Tal incontinência resulta na formação de espectadores desrespeitosos, cuja ação é fluida e volátil. Se, por um lado, é nesta Sociedade da Indignação em que se organizam os discursos públicos, mediados pelas tecnologias de informação, constitui-se a esfera pública, por outro lado, se enfraquece o sentido de comunidade, dificultando a formação de coletividades estáveis, na medida em que os próprios indivíduos são mantidos na condição de enraivecidos.

Além disso, esta sociedade mantida por meios virtuais se renova e se desfaz rapidamente, sem que haja qualquer perspectiva de estabilidade futura. Disto resulta outra reação colérica, uma raiva fundamental que promove, por meio do afeto, ondas de indignação, sem a devida consideração da ação e da narrativa. Nesta lógica demasiado fluida, não se desenvolve qualquer poder de ação, tendendo à desintegração.

Na seção “No Enxame”, Han refere-se a uma sociedade que vive na “era das massas”, quer dizer, um daqueles momentos críticos em que os seres humanos estariam prestes a se transformar, propiciando uma nova força de trabalho advinda da força das massas. A contextualização realizada por Le Bon (cf. Han, 2018, p. 17) no livro *Psicologia das Massas* afirma que processo se realiza desde a Modernidade, por volta do ano de 1895. Esta transformação, no entanto, poderia até mesmo resultar em anarquia.

No que concerne a esta nova mudança, o legado da ordem está por desaparecer, e nisto o surgimento de sindicatos fundados por coletivos, em que as massas são as detentoras do poder e se submetem por compartilharem o mesmo conjunto relativamente coeso de interesses. Neste sentido, todas as leis econômicas são desafiadas, já que seria necessário a regularização das condições de trabalho e de salário e, finalmente, requisitando a atenção dos representantes do poder, movimentando dialeticamente a relação entre os representantes e os representados. Em certo sentido, esta dinâmica tornaria possível surgirem novas relações de poder, constitutivas do “direito divino das massas”, o que substituiria o direito divino do rei, do soberano. Contudo, Han (cf. 2018, p. 17) esclarece, *pari passu* com Le Bon, que esta mudança é considerada pelo poder hegemônico como insurgência das massas, o que levaria ao declínio da cultura, na medida em que as massas seriam destruidoras da cultura quando esta se lhes torna completamente inacessível.

Conclui-se que vivenciamos também esta crise da cultura, porém trata-se de uma crise que se estabelece a partir da crítica realizada por meio da revolução

digital. Por isso, a relação de poder e de soberania é representada pela distinção radicalmente clássica no que concerne à formação de consciências coletivas, reconfiguradas pela postura ativa das massas, que se apresenta, em outros termos, como Enxame Digital. Neste contexto, o enxame digital carece de voz unificadora e, além disso, não se volta para a ação, uma vez que é fomentada por indivíduos.

Na seção “Desmediatização”, Han afirma que esta denominação representa a mídia como presença, constituída a partir de uma temporalidade que se mantém a serviço do presente imediato, quer dizer, como a mídia que se apresenta no campo digital em que as informações são produzidas, enviadas e recebidas sem que haja mediação. Retornamos para a temática das massas e, neste contexto, temos a mídia radiofônica, considerada como um aparato que permite a comunicação unilateral, ou seja, como um instrumento de comunicação no qual a interação não era, no passado, possível.

Assim, a transmissão realizada pelo remetente (emissor da informação) via rádio está condicionada a uma rede que, segundo Han (cf. 2018, p. 23), se apresenta com a estrutura antiteatral e que, por isso, não é possível realizar a reflexão, fator fundamental na transmissão de informações, já que, na comunicação, o destinatário (receptor da informação) é condenado à passividade e nisto, como há uma topologia diferente do anfiteatro, aqueles que estão na instância do poder permanecem externos à transmissão, que têm as suas informações supostamente sigilosas, dirigidas e filtradas por intermediadores.

Han afirma que, devido a este fator, as mídias digitais passam a ser distinguir das mídias de massas, pois como o “Rádio ou a Televisão, Mídias como Blogs, Twitter ou Facebook desmediatizam a comunicação” (Han, 2018, p. 24). Destarte, a desmediatização, que antes era representada por jornalistas prepostos da elite, denominados como “fazedores de opinião”, se mantinha superficial e anacrônica, de modo que a mídia digital nada mais era do que aquilo que dissolia tais opiniões formadas. Atualmente, como todos querem se fazer comunicativamente presentes,

emitindo as suas opiniões sem intermediários, a representatividade por meio de intermediários recua frente à democracia representativa.

Na seção “O Hans Esperto” realiza-se um apanhado histórico descrevendo a história de um cavalo alemão que alcançou a fama mundial no início do século XX. Este animal, ao ser indagado com contas, respondia corretamente as questões de cálculos simples sinalizando com a cabeça ou com o casco e, por causa disso, o cavalo passou a ser chamado Hans Esperto. Embora o animal não soubesse fazer contas, ele tinha condições de interpretar nuances inerentes às expressões faciais e na linguagem corporal. Fator relevante!

Esta história, segundo Han, é ilustrativa da parcela verbal da comunicação que, por sinal, é considerada pequena. Esta comunicação particularmente vinculada às formas não verbais de expressão apresenta variações de qualidades, na medida em que a ela se sobrepõem camadas de percepção humana, tornando significativa a singularidade das gesticulações, das expressões faciais e da linguagem corporal, expressões igualmente constitutivas da comunicação humana.

Dito isto, Han esclarece que a comunicação humana é não somente visual, mas se relaciona com os demais sentidos, o que recrudesce a problemática da mídia digital, na medida em que há uma parte dos significados furtados da comunicação, a saber: a tatividade e a própria corporeidade. Sobre esta questão, a comunicação digital se torna, cada vez mais, uma mídia que não possui nem corpo e nem rosto, dado que, por causa da sua própria eficiência e comodidade, se evita o contato com as pessoas reais e com a própria realidade, implicando no desaparecimento dos indivíduos. Ou seja, há uma reconstrução radical: ao desconstruir o real, segue-se para o imaginário.

Na seção “Fuga na Imagem”, Han esclarece que a imagem não é mais vista como apenas reprodução, ela é vista também como um modelo. Pois, na imagem, nos refugiamos com o propósito de sermos melhores, mais vivos e mais bonitos e, nesta lógica, nos valemos da técnica. No entanto, a imagem produzida realiza uma

inversão icônica, ou seja, a imagem passa a ficar melhor do que na realidade, que é não é sequer percebida.

As imagens, assim como reproduções que apresentam parcelas da realidade otimizadas, aniquilam o valor icônico original de si mesma. Ao se tornarem bens de consumo, estas imagens destroem a poética da existência, podendo conduzir até mesmo à loucura. Ao serem retiradas da realidade que lhes é inerente, passa-se à mera reprodução do real enquanto irrealidade (cf. Han, 2018, p. 35). E, assim a imagem interfere no real ocasionando um risco, pois, ao seguirem o imaginário universalizado, cria-se o distanciamento do real. Tal imagem otimizada torna-se gigantesca e, com a ajuda da mídia digital, proporciona ao mesmo tempo proteção e fuga, posto que, na imagem, “o tempo mesmo é congelado. Ela é uma mídia atemporal” (Han, 2018, p. 36).

Na seção “Do agir ao passar dos dedos” considera-se que o mundo está na condição de um começo, considerando, até mesmo, a influência dos processos automáticos que agora se apresentam como um verbo imbricado a história, compreendido como faculdade o agir que permite a emergência de algo novo, ou seja, um recomeço: “nasce-nos uma criança” (Arendt *apud* Han, 2018. p. 38).

Segundo Hannah Arendt (1906–1975) o que caracteriza a contemporaneidade é o agir. Deste modo, o mundo está submetido a um milagre, ao mesmo tempo em que se encontra entregue àqueles processos automáticos, que podem fundamentar a confiança e a esperança, ao ponto de que o agir é agora fazer um novo começo intrinsecamente. Nisto, esta conexão com a máquina digital não permitiria a ação própria do começo. Um fato problemático, pois este milagre de um novo começo é, por sinal, um recomeço radical.

Nesta lógica, os aparatos digitais inerentes a esta nova vida, significam também uma forma de libertação, pois o ser humano no futuro não precisaria mais de mãos, que estão murchadas, sendo esta condição um fardo da própria matéria, ou seja, que atinge mais diretamente as coisas materiais. No lugar de mãos

entrariam os dedos, ressignificando a ideia de um ser humano, que quererá tão somente jogar e aproveitar.

Partindo deste ponto de vista, o trabalho se desloca para o ócio, que caracterizará a vida, considerando que “o ser humano do futuro intangível não será um trabalhador, um *homo faber*, mas sim o jogador o *homo ludens*” (Flusser *apud* Han, 2018. p. 39).

Fato este que se põem como dessemelhante dos dias atuais, posto que o trabalho no futuro se aproxima de um jogo, enquanto, neste momento, permanece ligado à vida tangível, mesmo que privando de todo o ócio, frustrando o lúdico de todo o jogo e, assim, transformando, ou melhor, conservando o ser humano ainda no trabalho.

Na seção “Do camponês ao caçador”, “a mão age”, as mãos são o agente potencializador da ação do trabalho, contudo, conforme afirma Martin Heidegger (*apud* Han, 2018, p 42), ela não caracteriza o agir a partir da vida *activa*, já que a “mão propriamente agente” é, antes, “a mão que escreve”. Assim, a sua essência não se manifesta como ação (*Handlung*), mas sim como manuscrito (*Handschrift*). Neste sentido, a mão, para o filosofo alemão, é o *médium* para o Ser, ou seja, aquilo que designa a fonte indispensável do sentido e da vida e da verdade.

Isto posto, Han elabora uma analogia na qual descreve a mão nas ações do trabalho, em que a mão é a que escreve e que se comunica com o Ser e, na sequência, temos a máquina de escrever, na qual “apenas a ponta dos dedos são usadas, nos afasta do Ser: A máquina de escrever vela a essência do escrever e da escrita. Ela afasta o ser humano do âmbito essencial da mão, sem que o ser humano experiencie e conheça devidamente essa referência” (Han, 2018, p. 42); ou seja, a máquina de escrever, adquire uma mudança e leva a uma atrofia da mão, proporcionando o seu declínio.

Assim, para Heidegger, a mão pensa em vez de agir, “todo movimento da mão em cada uma de suas obras se transporta pelo elemento, separa no elemento

do pensamento. Toda obra da mão se baseia no pensamento” (Heidegger *apud* Han, 2018, p. 44). Neste sentido, o pensamento, mesmo levando em consideração o elemento digital, é um trabalho considerado manual, e nisto a mão acaba atrofiada e o pensamento acompanha a mesma atrofia.

Dessa maneira, na interpretação de Han, a terra do camponês heideggeriano se furta a toda e qualquer transferência, visto que, como existe um furacão digital que faz o “habitar” de Heidegger ser impossível, já que o vento é áspero no campo, assoprando o temporal digital e atravessando o mundo como rede e, como isto acontece, a ação que é o imperativo da sociedade da transparência, se torna também a essência da informação, de modo que tudo tem de estar aberto, fluido, afinal, este é o modo de proceder da mídia digital.

Na seção “Do sujeito ao projeto”, mantém-se a temática do camponês de Heidegger. No entanto, o sujeito está na condição de submissão, considerado ser-submetido e, neste sentido, acatando as normas da terra. Segundo o filósofo alemão, esta situação é constitutiva da existência humana. Por este motivo, a mídia digital completaria o processo constitutivo a partir do interior do sujeito e, assim, “o digital é uma mídia do projeto” (Han, 2018, p. 51).

Conforme Flusser (*apud* Han, 2018, p. 51) afirma, surge uma nova antropologia que se torna digital e nela “não somos mais sujeitos de mundos alternativos. A partir da posição submissa subjetiva, nos orientamos no projetar. Tornamo-nos adultos. Sabemos que sonhamos”. Neste sentido, o ser humano é, segundo Flusser (*apud* Han, 2018, p. 51), “um ‘artista’ que projeta mundos alternativos”.

Destarte, Flusser reconhece que a antropologia é idealizada a partir do enxame criativo, e nisto os primórdios da comunicação foram dominados, propiciando visões utópicas, ou seja, a consideração da mídia digital que propicia uma sociedade que realiza a comunicação, desfazendo-se de uma ideologia que reconhece a existência de um *em si* e do *outro*, ambos previamente fixados.

Neste fluxo de pensamento, a comunicação digital está imbricada na ideia de comunidade e, ao mesmo tempo em que se sobrepõe o *Nós*, faz com que o *eu* (ou ego) seja algo do que o sujeito precisa se libertar, dado que o egoísmo destrói o espaço público. Aguça também a busca pela individualização do ser humano, afinal, a comunicação digital “não é uma mídia dialógica” (Han, 2018, p. 53), quando comparada às antigas emissões de rádio. A liberdade comunicativa realizada por meio das tecnologias de informação provoca coações, promove reações dialéticas, fazendo avançar e retroceder as ações de interações comunicativas humanas.

Na seção “Nomos da Terra” a questão da terra é deixada de forma definitiva em razão de que, neste momento, a ordem terrena se apoia em uma qualidade na qual o *Nomos* surge a partir do embalo da *Digital Turn*, tornando-se também uma atividade digital. Baseado no que é calculável ou aditivo, provoca uma intervenção sobre a terra, ou seja, mediante o cálculo produtivo converte-se em destruição.

Assim, para Han, a “ordem terrena consiste de muros, fronteiras e fortes, também o “caráter” firme, que escapa inteiramente ao *homo digitalis*” (Han, 2018, p. 56). Neste sentido, a mídia digital proporciona pensar categorias, tais como “espírito, agir, pensar ou verdade têm seu lugar na ordem terrena” (Han, 2018, p. 56). A partir destas categorias, que são substituídas por categorias da ordem digital e, assim, no lugar da ação, entra em cena a operação.

Como a ordem terrena envolve o ser humano, um sujeito que pensa, este pensar não se trata de uma categoria digital, uma vez que o pensamento dá lugar ao calcular, um passo que é iminentemente aritmético, apontando para um modo de proceder que acaba procedendo inteiramente diferente do modo de pensar.

Na seção “Fantasmas digitais”, Han afirma que a comunicação acontece por meio da internet, o que antes era feito por meio de cartas. E nisto relembra que Franz Kafka (*apud* Han, 2018, p. 59) expõe que, no passado, as cartas apareciam como um meio de comunicação inumano, e que “teria trazido um assustador arruinamento das almas e do mundo”. As cartas eram capazes de proporcionar relação com os fantasmas, pois nelas os beijos escritos poderiam não chegar ao

destinatário, uma vez que, no meio do caminho, o mensageiro e mesmo o remetente poderia ser preso e nisto a comunicação entre remetente e destinatário seria interrompida.

A humanidade luta contra tal desaparecimento e, para combatê-lo, inventa aparatos, tais como os trens e os carros, a fim proporcionar aos emissores e aos receptores a possibilidade de “alcançar o “intercurso natural”, a paz das almas” (Han, 2018, p. 59). Neste contexto, os correios são inventados, assim como o telefone e a telegrafia e, desta forma, a trágica conclusão é a de que “os fantasmas não morrerão de fome, mas nós afundaremos” (Kafka *apud* Han, 2018, p. 60).

Contudo, os fantasmas de Kafka se reinventam, concebendo, nesse meio-tempo a *internet*, o *smartphone*, o *e-mail*, o *Facebook*, entre outros artefatos tecnológicos, gerando novos fantasmas, que se tornam mais vorazes, barulhentos e audazes. Nessa situação, “a comunicação automática entre as coisas que ocorrerem sem qualquer intervenção humana, fornecerá novo sustento para fantasmas” (Han, 2018, p. 60). Em vista disso, a comunicação digital toma a forma espectral e, principalmente, viral.

Sobre a seção “Cansaço da Informação”, Han aborda a Síndrome da Fadiga da Informação (SFI), considerada como a enfermidade psíquica por excesso da informação, levando os seres humanos aos estados de angústia, devido à perda crescente de capacidades que, nada mais são, do que *déficits* no que diz respeito à atenção. No passado, as produções do cinema representavam imagens que provocavam o choque e a repulsa, e nisto fazendo derivar uma defesa imunológica intensa na comunicação, uma questão que se torna bastante significativa. Contudo, nos dias atuais, este fator não acontece, já que, “as imagens não provocam hoje nenhum espanto, mesmo imagens repulsivas deve entreter” (Han, 2018, p. 65).

Ainda assim, segundo Han, o SFI se apresenta como um estupor das capacidades analíticas, constitutivas do pensamento, sendo que esta faculdade consiste em deixar “de lado todo material perceptivo que não é essencial ao que está em questão. Ela é, última instância, a capacidade de distinguir o essencial do

não essencial” (Han, 2018, p. 66). Na comunicação por meios digitais há uma enxurrada de informações e, por consequência, o prejuízo e a redução da capacidade analítica que permite distinguir as coisas que são essenciais, tal como a responsabilidade, que se mantém em paralelo com a liberdade enquanto um valor fundamental, e também está ligada à comunicação, à informação e, portanto, às representações mentais.

Na seção “Crise da representação”, temos a fotografia com campo da discussão, pois, tal como descreve Barthes (*apud* Han 2018, p. 69), a fotografia é a emanação do referente, sendo uma essência da própria representação, de um objeto que é real, conservando rastros quase materiais. A fotografia é colocada como próprio referente, talvez de modo menos fantasmagórico que as palavras ditas em uma carta, ao relacionar a imagem e o referente como se estivessem acorrentados, o que é uma condição “própria ao amor ou à morte, em meio ao mundo vivido (...) como um par de peixes que só nadam juntos, como se estivessem unidos em um ato sexual eterno” (Han, 2018, p. 69). Para Barthes, a fotografia não é o campo da ficção ou da manipulação dado que, ela é um espaço da verdade, ou seja, a obstinação do referente.

A crise se dá a partir da fotografia digital, que “coloca a verdade da fotografia digital radicalmente em questão. Ela encerra definitivamente a era da representação. Ela marca o fim do real. Nela não está mais contida nenhuma referência ao real” (Han, 2018, p. 60). Esta crise derivada da fotografia é percebida também na política. Uma vez que os interesses da massa dos trabalhadores são defendidos e, devido a esta questão, o sistema político se torna inherentemente econômico e, a partir disso, autorreferencial.

Nesta situação, o político “não representa mais os cidadãos ou a esfera pública. Os representantes políticos não são mais percebidos como os servidores do “povo”, mas sim como servidores do sistema que se tornou autorreferencial” (Han, 2018, p. 60). Na política, as massas que antes eram organizadas em partidos e

animadas por uma ideologia, tornam-se *enxames* barulhentos, ou seja, instrumentos administrativos digitais que não formam a esfera pública.

Na seção “De cidadão a consumidores”, Han informa que, na década de 1970, surge um televisor que tinha a função interativa denominada de *QUEE* (*question your tube*), um sistema que “dispõe de um teclado, que permite, por exemplo, a escolha entre reproduções de diversas peças de roupas. Esse aparato faz possível um simples procedimento de escolha. Mostra-se na tela, por exemplo, candidatos para posto de diretor de uma escola” (Han, 2018, p. 73).

Flusser considera que esta tecnologia distingue as decisões do sistema de decisões existenciais e nisto aponta “entre uma decisão existencial e as suas consequências imprevisíveis se estende de um “abismo temporal e existencial” (Flusser *apud* Han, 2018, p. 73). Não é possível fazer imediatamente a experiência das consequências de uma decisão. Assim, afirma que o *QUEE* poderia ser utilizado como forma da democracia futura, decorrente de uma democracia direta de vilarejo, livres de toda uma ideologia e nisto os políticos seriam substituídos por especialistas, que administrariam e otimizariam o sistema, tornando os políticos e partidos obsoletos.

Para Han, esta forma de vida representada por Flusser seria utópica, posto que, ao propiciar o ócio e o engajamento político, o *QUEE* seria o lugar de verdadeiras decisões, em que próprios políticos se engajariam, fazendo com que as tomadas de decisão fossem realizadas de modo político, social e cultural, reunindo o âmbito privado, que se tornaria uma república e, portanto, também uma coisa pública. Deste modo, “no belo futuro de Flusser, a participação política ocorre bem sem qualquer “discurso” cansativo e entediante” (Han, 2018, p. 74).

A seção “Protocolamento total da vida”, Han investiga a formação de um panóptico digital, pois nele inexiste a formação de relações de confiança, que sequer se torna necessária. Considerando, portanto, que a “confiança é um ato de fé [*Glaubenakt*], que se torna obsoleto em vista das informações facilmente disponíveis” (Han, 2018, p. 75). Neste contexto, a sociedade da informação é

desprovida de crenças e as relações se tornam possíveis, justamente, a partir da formação de laços de confiança, que é intrínseca à convivência entre os que se conhecem. Entretanto, Han enfatiza que, dado esta situação, uma “aquisição rápida e fácil de conhecimento é prejudicial à confiança” (Han, 2018, p. 75).

Segundo Han, a crise da confiança é condicionada também pelas mídias digitais. Na medida em que a questão da comunicação remota, que é descrita como uma forma de conexão, facilitando a aquisição de informação, torna a confiança uma *práxis* social. No entanto, o controle se coloca em paralelo com a confiança. Neste momento, a sociedade que é transparente e transcorre a partir de sua proximidade estrutural com a sociedade de vigilância, assertiva esta que diz respeito ao acesso muito rápido e fácil no que tange às informações, ao sistema social, que, por sinal, acaba transmutando a confiança em controle, que se realiza pelo desiderato próprio da transparência. Pois, segundo Han: “Todo clique que eu faço é salvo. Todo passo que eu faço é rastreável” (2018, p. 76).

Assim, devido ao protocolamento digital (e total) da vida, há substituição da confiança pelo controle e, numa tal situação, “no lugar do Big Brother, entra o Big Data” (Han, 2018, p. 76). Esta sociedade de vigilância digital apresenta uma distinta do panóptica original, pois, segundo Bentham (*apud* Han, 2018, p. 78), a estrutura consistiria em “cédulas isoladas uma das outras (...) tendo por finalidade, o melhoramento”. No entanto, os habitantes do panóptico digital se conectariam e se comunicariam intensamente uns com os outros. Afinal, eles não estariam na condição de prisioneiros.

Na última seção “Psicolopolítica”, que é também o título de outra obra de Han (publicada no Brasil 2018), que trata da crise da liberdade e diz respeito a uma nova forma de exploração e de submissão do sujeito em relação à rede digital, na medida em que a liberdade provocaria a coerção de poder que é, aliás, ilimitado. Assim, são tratadas as questões do biopoder e, neste campo, “o poder se manifesta desde o século XVII, não mais como o poder dos soberanos sobre a morte, mas sim como biopoder” (Foucault *apud* Han, 2018, p. 80). Para o filósofo francês, o

poder soberano, que se fazia por meio da espada, mantendo a ameaça da morte; com o controle, a vigilância e o aumento da organização das forças sujeitadas, reorganizando outras formas de exercício do poder, dado que o “poder de morte do soberano dá lugar a uma administração e a um controle zeloso da população” (Han, 2018, p. 80).

O biopoder é um tipo de poder refinado, mais preciso do que o poder da morte, dado que ele interfere nos processos e nas leis do campo biológico, pois, neste particular, a população é guiada e conduzida (cf. Han, 2018, p. 80). Desta forma, o controle político abrange apenas fatores externos, tais como, por exemplo, a reprodução, que considera a taxa de mortalidade ou estado de saúde dos indivíduos e da população. Nesta lógica, a expressão panóptico digital não se refere a “uma sociedade disciplinar política, mas sim uma sociedade da transparência” (Han, 2018, p. 80).

Dito isto, entramos na seara do psicopoder. Pois, com a ajuda da vigilância digital assume-se o lugar de observador a fim de ler e controlar pensamentos, tornando um lugar que é “inconfiável, ineficiente e perspectivista do Big Brother” (Han, 2018, p. 80). A eficiência do biopoder advém de sua característica aperpectivista, quer dizer, ele age de maneira sutil. Considerando a partir da *psyche* e estabelecem-se as condições de intervir em quaisquer processos psicológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra “No Enxame: Perspectiva do Digital” evidencia um dos assuntos mais emblemáticos de nossa sociedade que é o campo das mídias digitais, proporcionadas pelas tecnologias de informação e de comunicação, buscando esclarecer conflitos sociais oriundos do distanciamento e do isolamento dos indivíduos que se comunicam por meios virtuais, hipercomunicação esta que diminui o respeito, devido ao ávido olhar do observador a espera do espetáculo, visando controlar a vida privada e a estrutura pública.

Neste sentido, na comunicação por meios virtuais que, em muitos casos, parecem ser anônimas, se reatraem quando se exige respeito. Afinal, é no aparente anonimato que acontecem as situações de violência que são expressões da vigilância contínua, dado que a comunicação digital apresenta-se a partir da dinâmica que lhe é própria. Na obra considera-se que as informações obtidas por meio desta comunicação precisariam ser filtradas pelos valores da responsabilidade e da confiança, pois as palavras e ações expressam os valores pessoais, sociais e, até mesmo, morais.

* * *

Referências

BENTHAM, Jeremy. **O panóptico**. Organizador Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

HAN, B.-C. (2013). **No Enxame: Perspectiva do Digital**. Título Original: Im Schwarm. Tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

_____(2014). **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Editora Âyiné. 2018.

Recebido 01/05/2021

Aprovado 28/09/2021

Licença CC BY-NC 4.0

